

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.048

ACESSIBILIDADE NA UFERSA CARAÚBAS: TECNOLOGIAS E RECURSOS VISUAIS NO ENSINO

Victor Lopes Bezerra¹
Francisco Ebson Gomes-Sousa²

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a acessibilidade linguística para surdos no campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em Caraúbas - RN, buscando compreender as necessidades e desafios enfrentados no contexto acadêmico e social. A proposta abordou o uso de tecnologias e recursos visuais, como vídeos em Libras que apresentam informações sobre os espaços físicos da universidade e conteúdo do site institucional, acessíveis por meio de QR Codes. Realizamos a pesquisa por um método descritivo exploratório e tivemos como sujeitos 5 professores surdos efetivos, 12 alunos surdos vinculados ao curso de Letras Libras e também servidores entre técnicos e terceirizados deste campus. As estratégias desenvolvidas, com foco na acessibilidade e inclusão, consideraram diferentes formas de registro da Libras, comunicação à distância e mediações visuais. Uma das iniciativas, o “Tour Virtual 360° na UFERSA Caraúbas”, foi pensada para ser mais didática e compreensível, ao incorporar vídeos em Libras traduzindo os ambientes físicos para a L2 dos surdos. A proposta partiu da elaboração textual e sua posterior

1 Professor substituto de Libras do Instituto Federal de Educação da Paraíba - IFPB, E-mail: victorlopes999@hotmail.com;

2 Professor de Libras do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Doutor em Linguística pelo PROLING da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, E-mail: ebson.gomes@ufersa.edu.br;

tradução para Libras, utilizando técnicas de tradução e interpretação adequadas às especificidades da comunidade surda. O uso do QR Code, além de poder ajudar também a sociedade ao tentar compreender melhor como é distribuído os setores no campus Caraúbas pode ser uma ferramenta para a inclusão. A pretensão é que se faça a impressão dos códigos nos locais que possuem as gravações. Uma tecnologia já amplamente adotada, mostra-se eficaz como ferramenta de disseminação de informações e fortalecimento da identidade surda no ambiente acadêmico. Essa ação visa promover maior acessibilidade aos alunos surdos da UFERSA, proporcionando integração, valorização e estímulo à participação no ensino. Embora ainda paliativas, essas medidas representam importantes passos rumo a uma universidade mais inclusiva.

Palavras-chave: Acessibilidade, Tecnologias, Surdos, Libras, UFERSA.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de descrever as percepções dos sujeitos surdos sobre a acessibilidade, tendo a percepção e possíveis caminhos de solução para esta problemática. Com isso, buscando entender as necessidades e as dificuldades que a acessibilidade se encontra no âmbito acadêmico e social.

A pesquisa também surgiu de uma especificidade e interesse nosso, por ser surdo e recém-formado pelo curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA campus Caraúbas, uma vez que sentimos na pele algumas dessas questões que envolvem a acessibilidade. Dessa forma, também trago um desafio aqui, que é escrever na estrutura da língua portuguesa, como L2, ou segunda língua, para mim. Pensar na realidade da universidade de forma acessível para surdos foi nosso interesse, em tentar diminuir as barreiras de comunicação nos espaços da UFERSA, sendo essencial pensarmos juntos aos docentes e discentes como o ambiente social e acadêmico pode ser mais acessível para todos nós surdos.

A acessibilidade vem sendo uma medida social em muitos momentos descuidada pela maior parte da sociedade, onde as pessoas encontram diversas dificuldades nos locais que acabam frequentando. Logo, tendo como universo de pesquisa a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, no campus de Caraúbas, vemos quais são as condições necessárias que uma faculdade federal enfrenta em seu âmbito acadêmico para promover tal acessibilidade para pessoas com deficiência, e diante disso, quais melhorias são necessárias a serem feitas para que o campus possa se tornar acessível para toda a sociedade.

Com isso, é essencial a pesquisa para se obter uma observação com mais detalhes sobre os surdos acadêmicos, e mostrar quais são as barreiras de comunicação que existem no Campus da UFERSA. Com isso, vemos uma especificidade e necessidade local, tendo em vista dar um maior suporte para os alunos do campus, como toda nossa sociedade

para que pensemos na acessibilidade, principalmente para surdos possa ter êxito, trazendo melhorias e boas condições para a vivência no campus.

Além da formação, os surdos acadêmicos necessitam de manter uma boa comunicação com os servidores, para tentar valorizar a identidade linguística desenvolvida durante os períodos acadêmicos. Logo, essa interação promove uma acessibilidade linguística na qual a comunicação existente entre os servidores permanece por todo o ambiente de trabalho. Assim, problematizamos: Como acontece a acessibilidade linguística para surdos na UFERSA Caraúbas – RN e quais as possibilidades de melhoria da mesma?

Devido às diversas situações nas quais há falta de comunicação em língua de sinais, não restam alternativas aos surdos que frequentam o campus de Caraúbas da UFERSA, que recorram às tentativas de comunicação por meio de gestos e mímica em espaços básicos, como a cantina do centro de convivência e o ao procedimento de empréstimo de livros do acervo bibliotecário, por exemplo. Em que é de extrema importância tornar não só esses espaços acessíveis, como qualquer espaço do campus, por isso justificamos a nossa pesquisa.

Situações essas são constrangedoras e desvalorizam a luta e a identidade linguística da comunidade surda num espaço educacional, onde há formação profissional específica na língua em questão, onde se discutem problemáticas como essa, bem como, a nossa experiência enquanto usuários deste serviço, é preciso que investiguemos como podemos auxiliar neste processo de acessibilidade.

Com isso, é necessária a valorização dos alunos surdos a partir da experiência visual e do emprego da escrita de sinais nas placas e letreiros de identificação, ou seja, buscar recursos visuais que minimizem as barreiras comunicativas e que motivem a autonomia dos surdos presentes naquele local.

Além disso, o surdo ao observar as barreiras de comunicação que enfrentam, como por exemplo, no bloco administrativo, nos atendimentos estudantis, com os psicológicos ou pedagógicos. Estas funções

disponibilizadas pela UFERSA não facilitam um acesso acessível aos surdos presentes ali no campus. Não são vistos técnicos capacitados em Libras para tentar oferecer todo suporte possível, que temos na vivência e queremos auxiliar nisto uma vez que a acessibilidade linguística é mais que um direito, é um dever conforme vemos na legislação atual.

No campus Caraúbas, por oferecer o curso Libras é necessário que haja um curso de formação de Libras como segunda língua para os servidores da UFERSA. Para que assim, alunos surdos, técnicos, professores e demais servidores se tornem mais estimulados e consigam construir interações sociocomunicativas com todos ali presentes.

Por todo o exposto, pretendeu-se nesta perceber como acontece a acessibilidade para surdos na UFERSA Caraúbas – RN. Com isso, objetivos especificamente: 1 - Promover a acessibilidade linguística dos espaços físicos e informações da UFERSA Caraúbas. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, pretendemos dialogar sobre as temáticas que ajudam a compreender este estudo, tendo como base, principalmente: 1 – O contexto legislativo, referente aos dispositivos legais que ampara as questões de acessibilidade para pessoas surdas; 2 – A acessibilidade para surdos e a UFERSA.

O CONTEXTO LEGISLATIVO

O Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares. Em concordância, a Lei nº. 12.319 (BRASIL, 2010), de 1º de setembro de 2010, instituiu a profissão do TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais). De acordo com o Art.

6º inciso I dessa lei, dentre suas atribuições compreendem interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Dessa forma, é possível afirmar que legalmente, a função do tradutor e intérprete não se trata de uma espécie de bolsa da qual o sujeito surdo possa carregar consigo para os locais institucionais, espaços dos quais há o predomínio da língua oral portuguesa. A presença desse profissional na sala de aula representa um passo inicial fundamental e também um direito civil mínimo para o percurso educacional do surdo. Entretanto, é importante salientar que a oferta de um curso de graduação em licenciatura na sua língua natural, não significa que haja um efetivo processo de inclusão, e sim apenas a garantia de um direito básico institucional: o acesso à educação em todos os níveis.

O Ensino Superior ainda é uma oferta de difícil acesso na vida dos surdos, devido ao déficit educacional que a maioria deles possui pela razão de que frequentaram o ensino básico regular numa época anterior à regulamentação da Lei do Intérprete e dos planos nacionais de Educação Inclusiva, enfrentando assim a invisibilidade e descaso na maior parte das escolas e instituições sociais.

Essa situação era ainda mais grave antes da publicação da Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e, posteriormente, em 2005, com o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) que regulamentou e reconheceu a Libras como língua aqui no Brasil, estabelecendo em seu Art. 2º, a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação” (BRASIL, 2005, n. p.), onde no capítulo IX explica como comunicação a “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil” (BRASIL, 2005, n. p.).

Pela Lei Brasileira de Inclusão, lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), temos uma forma de garantir melhores condições de vida, e uma melhor segurança ao se tratar na inclusão que devemos ter na sociedade e no meio em que vivemos e frequentemos. Com isso, reconhece-se pela lei, principalmente a garantia de melhorais da inclusão, e se entende possibilitar a garantia dos direitos às pessoas com surdez especificamente.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, n. p.).

A referida lei, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), complementa no artigo 3º, III sobre as tecnologias que assistivas ou ajuda técnica, em que nos interessa nesta pesquisa também, que são entendidas como

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015, n. p.).

No Brasil, não é uma realidade na maioria das cidades a obrigatoriedade de as escolas serem bilíngues ou mais acessível para os surdos ainda. A comunidade surda, em que depende diretamente dessa inclusão acaba sofrendo com essa dependência. Apesar da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em que propõe direitos a educação não há uma certa garantia que isso realmente aconteça. O Art. 8º, XIII E XIV abaixo declara melhor o que a Lei propõe: “XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (BRASIL, 2021, n. p.).

É importante para os surdos aprender a adquirir a sua língua natural, ou primeira língua (L1) a Libras, e pela segunda língua (L2) o Português

escrito. Em que ambas as línguas, acabam se complementando e sendo necessárias em várias situações. Nas escolas bilíngues, por exemplo, é uma das formas de impactar a sociedade da necessidade de utilização tanto do Português como de Libras.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

Todas essas leis foram conquistadas à duras penas, em que as comunidades usuárias destes serviços e direitos sempre reivindicaram melhores condições de acesso, por isso, no contexto brasileiro em que nos encontramos as leis se fazem tão necessárias para o cumprimento da acessibilidade.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS VISUAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

O avanço das tecnologias digitais vem proporcionando novos caminhos para a inclusão e a acessibilidade educacional. As chamadas

tecnologias assistivas, conforme definidas pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), são instrumentos que ampliam a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência, permitindo que elas interajam com o ambiente de forma mais igualitária. No contexto da surdez, essas tecnologias ultrapassam a ideia de simples adaptação técnica, tornando-se verdadeiros mediadores linguísticos e culturais que facilitam o acesso ao conhecimento e à comunicação (Lacerda, 2006).

De acordo com Quadros e Karnopp (2004), o aprendizado do surdo depende fortemente da mediação visual, já que o canal auditivo é substituído pelo visual como principal via de apreensão do mundo. Assim, o uso de vídeos, legendas, animações, avatares e recursos multimodais não é apenas uma opção pedagógica, mas uma necessidade didática. O visual é a ponte pela qual o surdo constrói o significado, interpreta o contexto e compreende o conteúdo acadêmico.

Nesse sentido, Strobel (2008) destaca que a cultura surda é essencialmente visual e que a educação deve considerar esse aspecto para ser efetivamente bilíngue. Os recursos visuais, como imagens, infográficos, QR Codes e vídeos em Libras e outros funcionam como ferramentas de identidade e pertencimento, pois reafirmam o valor da língua de sinais como meio legítimo de conhecimento e expressão. Tais recursos, quando aplicados no ensino superior, favorecem não só a aprendizagem, mas também o sentimento de inclusão e reconhecimento da comunidade surda no ambiente acadêmico.

Para Skliar (1998; 2013), as práticas inclusivas que realmente impactam a comunidade surda são aquelas que reconhecem o aluno surdo como sujeito de uma cultura e de uma língua própria, e não como alguém a ser “integrado” ao mundo ouvinte. Assim, o uso de tecnologias visuais precisa estar alinhado a uma pedagogia bilíngue e culturalmente sensível, na qual Libras ocupa um lugar central na construção do conhecimento.

Em universidades, o investimento em acessibilidade digital tem se mostrado um importante campo de inovação. Ferramentas como tour virtuais com tradução em Libras, plataformas de aprendizagem com

intérpretes em vídeo e QR Codes com links para conteúdos sinalizados são exemplos de estratégias que promovem autonomia. Esses recursos permitem que o surdo circule nos espaços físicos e digitais de forma mais independente, sem depender exclusivamente do intérprete de Libras.

O uso do QR Code na UFERSA Caraúbas, como proposto nesta pesquisa, insere-se nesse cenário de inovação inclusiva como veremos em nossos resultados. Ele funciona como um elo entre o espaço físico e o virtual, conectando a informação escrita em português à versão sinalizada em Libras. Essa estratégia, além de prática, atende aos princípios da acessibilidade comunicacional, uma das dimensões previstas no Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004), que preconiza o direito de acesso à informação e à comunicação por todos os meios possíveis.

Do ponto de vista educacional, Vygotsky (1991) lembra que a aprendizagem é um processo mediado socialmente e que se concretiza nas interações com o outro. No caso do aluno surdo, a tecnologia pode ser compreendida como uma forma de mediação simbólica, possibilitando a troca de significados e o desenvolvimento cognitivo por meio de suportes visuais e linguísticos. Assim, vídeos em Libras, legendas explicativas e plataformas bilíngues tornam-se instrumentos socioculturais de aprendizagem.

Conforme Perlin (2010), a inclusão não se resume à presença física do aluno surdo, mas à efetiva participação nas práticas discursivas da instituição. O uso de recursos visuais e digitais favorece essa participação, porque reduz as barreiras comunicativas e legitima a Libras como língua de produção e difusão do saber acadêmico. Dessa forma, a tecnologia atua não apenas como apoio, mas como expressão da própria cultura surda.

A ACESSIBILIDADE PARA SURDOS E O CONTEXTO DA UFERSA

Conforme o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, art. 8º, I:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informa-

ção, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, n. p.)

Logo, é válido refletirmos acerca da afirmação no Projeto Político Pedagógico - PPC do curso de Licenciatura em Letras Libras, no qual nos debruçamos nesta pesquisa, que nos atualiza (UFERSA, 2018, p. 23) de que “a Língua Brasileira de Sinais é parte da construção identitária surda e cumpre o papel de elemento integrador da comunidade surda em sociedade”. E destaca ainda que:

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras é construído com base nas propostas políticas de acessibilidade visadas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Este curso endossa, portanto, as estratégias e medidas de ações afirmativas a fim de garantir permanência de um universo plural de estudantes no âmbito da formação de Ensino Superior, garantindo a acessibilidade conforme previsto na Lei Nº 5296/2004 (Lei de Acessibilidade) (UFERSA, 2018, p. 23).

No mesmo documento é reforçada ainda a contribuição da instituição quanto ao uso linguístico nos seus espaços e quando falamos especificamente sobre a acessibilidade, é importante salientar que a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), estabelece alguns critérios para a promoção da acessibilidade, incluindo locais urbanizados, transportes coletivos, sistemas de comunicação, etc. No art. 17 da referida Lei, no que se refere à surdez, consta:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, n.p.)

Com isso, é necessário remover as barreiras de comunicação existentes para os deficientes. A informação nos espaços da UFERSA é essencial para a interação e participação acadêmica de um surdo, pois a possibilidade de ter autonomia em saber lidar com determinadas situações sem

o auxílio de um intérprete, se torna uma forma de motivação e engajamento no meio acadêmico.

Ao pensarmos na acessibilidade no contexto da UFERSA, percebemos que a implementação da Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social - CAADIS é de extrema importância devido a sua participação em ações de inclusão, como a acessibilidade 23 em ambientes da UFERSA. Logo, para os surdos há uma necessidade de auxílio no processo de acessibilidade, em que as informações repassadas precisam passar por uma tradução, por exemplo, no caso da comunidade surda participante da universidade.

Tal como editais, atividades, bolsas e outras ações precisam ter uma atenção na sua forma de repassar as informações, pois na maioria das vezes os surdos precisam de uma tradução com ouvintes em Libras, em que ficam dependentes para compreender e ajudar no que for necessário. Com isso, os surdos acabam se limitando, não conseguindo ter uma boa acessibilidade na maioria das ações da UFERSA.

METODOLOGIA

Os procedimentos que aqui mostrados visam descrever às proposições ditas nos nossos objetivos específicos. Nós realizamos com os professores, alunos surdos e servidores métodos de acordo com os objetivos para melhor esclarecimento do estudo. Nesta pesquisa predominantemente quantiquantitativa vamos mostrar passo a passo os principais objetivos: 1 - Promover a acessibilidade linguística dos espaços físicos e informações da UFERSA Caraúbas. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

A elaborar vídeos em Libras das informações dos espaços físicos e informações do site institucional da UFERSA em Libras e disponibilizar através de QR Codes, mostrando a história do campus, mostrando passo a passo de como se chegar nas salas e nos espaços físicos do campus assim facilitando e orientando os alunos como, por exemplo, um texto

longo podendo organizar, traduzindo para língua de sinais melhorando o entendimento dos surdos.

Promover a acessibilidade linguística dos espaços físicos e informações da UFERSA Caraúbas, para este quesito, percebemos que um processo que vislumbramos dificultar bastante na vida dos surdos é a falta nos espaços físicos do campus estruturas que possam ajudar os surdos em uma melhor comunicação e um melhor entendimento dos alunos.

É preciso que adaptemos alguns espaços utilizando de alguns objetos tecnológicos como, por exemplo, os QR Codes que possam ter informações sobre e dentro do site institucional da UFERSA, textos longos ou até curtos que possam se tornar de fácil compreensão e principalmente em eventos na UFERSA, informações mais claras para facilitar o aprendizado do aluno surdo.

Outro ponto, é a introdução da tradução em Libras em matérias postadas no site da UFERSA, como, por exemplo, o tour virtual 360° na UFERSA Caraúbas, em que apresenta áudio e texto, porém, não apresenta uma tradução em Libras o que possa dificultar para o surdo entender melhor o conteúdo repassado.

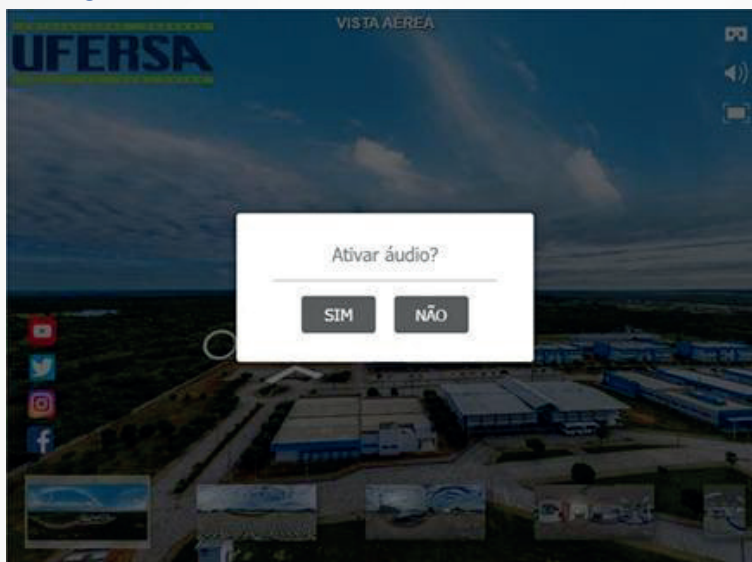
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizar os recursos visuais é uma excelente estratégia tecnológica de tradução, em que permite facilitar o entendimento de Libras em diversas situações, como em sala de aula para repassar um conteúdo, ou em um vídeo explicativo descrevendo alguma situação. Com isso, este auxílio tecnológico consegue garantir uma melhor acessibilidade e inclusão para os surdos, quando pensamos nas formas de registro da Libras, do processo de comunicação à distância e outros.

A exemplo disso temos a utilização destas ferramentas como fonte de recursos visuais para descrever de forma didática na Libras, e isso, acabaria afetando diversos setores tanto da comunidade acadêmica, como a inserção de vídeos descrevendo os ambientes da UFERSA, como também

a vida social da comunidade surda com uma melhor inclusão. Com isso, o “Tour Virtual 360° na UFERSA Caraúbas6” seria mais didática e compreensiva, com o recurso adotado de vídeos traduzindo para o L2 os espaços. Como podemos ver abaixo o aplicativo apesar de muito interessante não permite o acesso pleno na L1 dos surdos, a Libras:

Figura 01 - Print do Tour Virtual da UFERSA Caraúbas



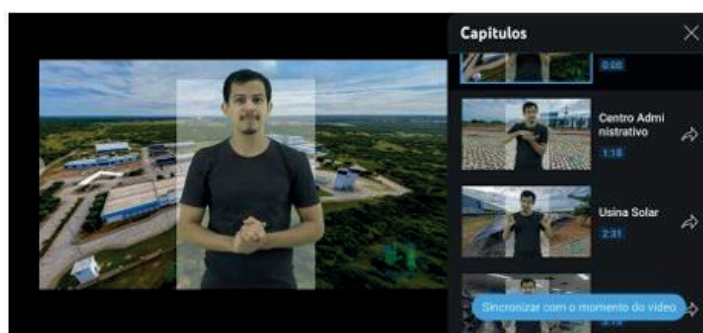
Fonte: <https://caraubas.ufersa.edu.br/tour360/>

Por conta disso, que foi feito essa proposta provisória onde foi possível gravar explicando os ambientes de acordo com o que era repassado na imagem, dessa forma, pensamos em uma proposta inicial de vídeo com as temáticas abordadas e apresentações realizadas, utilizamos a proposta escrita e a traduzimos para a Libras utilizando as técnicas de tradução e interpretação e pensando na especificidade dos surdos.

Figura 02 - Tour Virtual da UFERSA 360° em Libras

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=wa8pc9Rc2jc>

Além disso, a utilização de QR Codes que possam conter informações para os surdos acadêmicos e professores da UFERSA, em que estes códigos possam ser distribuídos pelos espaços da UFERSA. Além, de que possa ajudar também a sociedade ao tentar compreender melhor como é distribuído os setores no campus Caraúbas. A pretensão é que se faça a impressão dos códigos nos locais que possuem as gravações.

Figura 03 - Capítulos do tour virtual em Libras

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=wa8pc9Rc2jc>

Por ser uma tecnologia nova, em que as pessoas vêm adotando o QR Code conseguiria suprir a necessidade de muitos discentes, em que seria uma forma de repassar informações e valorizar a comunidade, no processo de construção da identidade surda. Em que esta ação que 48 tem

como objetivo, garantir uma boa acessibilidade aos alunos da UFERSA iria proporcionar de forma geral, uma melhor integração e estímulo.

Os resultados apontam que o uso de recursos visuais e tecnológicos, especialmente os vídeos em Libras e os QR Codes em nossa pesquisa, representa um avanço significativo na efetivação da acessibilidade comunicacional dentro da universidade. Tais medidas, embora ainda embrionárias, indicam uma mudança de paradigma: a transição de uma universidade que tem apenas a diferença linguística para uma universidade que valoriza e institucionaliza a diversidade surda como parte da sua identidade.

Durante as observações e relatos colhidos junto a alunos e professores surdos, emergiram temas recorrentes, como a dependência do intérprete de Libras em quase todas as atividades e a falta de autonomia na comunicação cotidiana (por exemplo, na cantina, na biblioteca e nos setores administrativos). Essa constatação é coerente com o que Perlin (2010) já havia apontado: a inclusão efetiva do surdo só ocorre quando ele é capaz de circular, compreender e participar do ambiente educacional sem precisar de mediação constante. O uso dos vídeos e QR Codes propicia justamente essa autonomia.

Outro aspecto importante revelado pelos dados foi a percepção de pertencimento. Ao visualizarem os vídeos sinalizados e os espaços descritos em Libras, muitos alunos relataram sentir-se mais reconhecidos pela instituição, pois a universidade “fala a sua língua”. Essa dimensão simbólica da inclusão é destacada por Strobel (2008), que compreende a presença da Libras em espaços públicos e educacionais como um marcador de respeito à cultura surda e um instrumento de empoderamento coletivo. Assim, o Tour Virtual em Libras não é apenas uma ferramenta de orientação espacial, mas também um gesto de valorização cultural.

A análise dos depoimentos também revelou que a acessibilidade informacional ainda é um desafio. A maior parte dos comunicados e editais da universidade permanece exclusivamente em português escrito, o que dificulta o entendimento pelos discentes surdos, sobretudo aqueles

que ainda estão em processo de aquisição da L2. Nesse sentido, os resultados confirmam a necessidade de políticas institucionais que garantam a tradução sistemática de materiais acadêmicos e administrativos para Libras, conforme previsto no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005).

Outro ponto relevante é o reconhecimento do papel da CAADIS (Coordenação de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social) como espaço de referência para políticas de inclusão. No entanto, os participantes da pesquisa ressaltaram que as ações ainda são pontuais e carecem de continuidade. Isso reforça o que Skliar (2013) chama de “inclusão declaratória”: quando o discurso da inclusão existe, mas a prática cotidiana ainda é limitada por falta de estrutura, recursos humanos e sensibilização institucional.

Ao confrontar esses resultados com os estudos de Quadros e Karnopp (2004) e Lacerda (2006), é possível afirmar que o grande desafio da acessibilidade para surdos nas universidades brasileiras não é apenas tecnológico, mas também pedagógico e linguístico. O uso das ferramentas digitais precisa ser acompanhado de formação docente bilíngue e de políticas que consolidem a Libras como língua de ensino e de convivência dentro da universidade.

Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam que a acessibilidade comunicacional deve ser compreendida de maneira ampla, incluindo desde o uso de tecnologias e materiais visuais até a formação continuada dos servidores e a criação de ambientes bilíngues permanentes. A UFERSA Caraúbas, ao adotar iniciativas como o Tour Virtual em Libras e a proposta de QR Codes, demonstra um caminho possível e replicável para outras instituições federais, ainda que em estágio inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa objetivou investigar como acontece a acessibilidade linguística para surdos na UFERSA Caraúbas – RN e quais as possibilidades de melhoria, os procedimentos que aqui mostrados visa-

ram descrever às proposições ditas nos nossos objetivos específicos. Nós realizamos com os professores, alunos surdos e servidores métodos de acordo com os objetivos para melhor esclarecimento do estudo. Nesta pesquisa predominantemente quantiquantitativa vamos mostrar passo a passo os principais objetivos: 1 - Promover a acessibilidade linguística dos espaços físicos e informações da UFERSA Caraúbas. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

Para o entendimento das necessidades e das dificuldades da acessibilidade no âmbito acadêmico e social, a pesquisa partiu da base com dez alunos e dois professores surdos, e, por meio das respostas ao formulário com questionamentos sobre os desafios encontrados foi possível expressar opiniões sobre a acessibilidade no campus Caraúbas, bem como, sugerir melhorias capazes de superar barreiras comunicativas existentes nos ambientes da universidade voltadas ao linguístico.

Portanto, na busca por entender as necessidades vemos que o processo de acessibilidade depende diretamente de um espaço educacional, onde tenha a presença de ambientes bilíngues para que alunos e professores surdos sintam-se de fato integrados, respeitados e estimulados a construir interações sociocomunicativas de maneira plena, com desenvolvimento cognitivo, intelectual, cultural e com autonomia nas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 26 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23. ago. 2016.

BRASIL. Gabinete do Senador Efraim Morais. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Acessibilidade**: passaporte para cidadania das pessoas com deficiência e legislação correlata. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 99.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1º de setembro de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 21 ago. 2018.

GOMES-SOUSA, Ebson Gomes. **Tour virtual 360º** - Conhecendo a UFERSA Caraúbas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wa8pc9Rc2jc>>. Acesso em: 20 out. 2025.

GOMES-SOUSA, Ebson Gomes. **Locais da UFERSA** - Protocolo de atendimento para surdos - UFERSA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2TR-wklkXpQo>>. Acesso em: 20 out. 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de Libras em sala de aula**: algumas reflexões. Cadernos CEDES, v. 26, n. 69, 2006.

QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social 2022**. Mossoró: UFERSA, 2022. Disponível em: <https://caadis.ufersa.edu.br>. Acesso em: 28. jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Relatório de Gestão 2017**. Mossoró: UFERSA, 2017. Disponível em: https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/08/RelatoriodeGestao2017_UFERSA.pdf. Acesso em: 26. ago. 2018.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.